



## Faculdade de Direito de Varginha

- Reconhecida pelo decreto nº 68.179, de 8 / 2 / 1971
- Rua José Gonçalves Pereira, 112 – Vila Pinto – Varginha, MG
- CEP 37.010-500 – PABX/Fax: (35) 3221 1900
- Home Page: [www.fadiva.edu.br](http://www.fadiva.edu.br)
- e-mail: [secretaria@fadiva.edu.br](mailto:secretaria@fadiva.edu.br)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
CURSO	<b>DIREITO</b>	TURNOS <b>Diurno e Noturno</b>
DISCIPLINA	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL I</b>	ANO <b>3º</b>
DEPARTAMENTO	<b>DIREITO PROCESSUAL</b>	CARGA HORÁRIA <b>120 Horas-aula</b>
		ANO LETIVO <b>2011</b>

### OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Transmitir ao corpo discente uma segura formação acerca do Direito Processual Civil, através do estudo da legislação ordenada e complementar, com abordagens da doutrina especializada e da jurisprudência atual.

Ingressar com zelo e profundidade nas técnicas de hermenêutica e de heurística jurídicas aplicadas ao Direito Processual Civil.

Fomentar o espírito crítico da exegese mais atual do Direito Processual Civil, suas implicações no Processo Constitucional, inclusive, com foco na interpretação teleológica da norma processual como instrumento pacificador da sociedade.

Fazer compreender a importância do estudo fundamental da disciplina.

Realizar o estudo sistemático dos livros que constituem o Código de Processo Civil, proporcionando ao aluno a exata compreensão do complexo sistema processual e sua aplicação.

Proporcionar a continuação do estudo da disciplina Processo Civil, de maneira que os estudantes possam obter conhecimento científico na busca da verdade real que norteia cada conflito, de modo célere e econômico, como instrumento de equilíbrio e justiça social, fundamentado nas perspectivas científicas e fáticas, colimando que os estudantes, futuros operadores do Direito, entendam, interpretem e apliquem as disposições objetivas e substanciais do ramo do Direito Positivo de maneira sistematizada e interdisciplinar.

### EMENTA

Esta disciplina haverá de proporcionar o estudo da disciplina Processo Civil, de maneira que os estudantes possam obter conhecimento científico na busca da verdade real que norteia cada conflito, de modo célere e econômico, como instrumento de equilíbrio e justiça social, fundamentado nas perspectivas científicas e fáticas colimando que os estudantes, futuros operadores do Direito, possam entender, interpretar e aplicar as disposições objetivas e substanciais do ramo do Direito Positivo que procura conhecer de maneira sistematizada e interdisciplinar.

### PROGRAMA

#### 1. DA FORMAÇÃO DO PROCESSO CIVIL

- a) Introdução;
- b) O princípio dispositivo;
- c) A intervenção do Ministério Público;
- d) Exceção ao princípio dispositivo;
- e) A apresentação da inicial;

- f) Efeitos da apresentação da inicial;
- g) Da citação de réu.

## **2. DA SUSPENSÃO DO PROCESSO**

- a) A crise do processo;
- b) Análise do art. 265 do Código de Processo Civil.

## **3. DA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**

- a) Introdução;
- b) Análise do art. 267 do Código de Processo Civil.

## **4. DA EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**

- a) Introdução;
- b) Análise do art. 269 do Código de Processo Civil e o novo conceito de sentença

## **5. TEORIA DO PEDIDO**

- a) Introdução;
- b) O objeto litigioso;
- c) Conceito de pedido;
- d) Espécie de pedido;
- e) Modalidades do pedido;
- f) Limites do pedido e sua interpretação;
- g) Omissão do pedido.

## **6. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS**

- a) Conceito;
- b) Requisitos para a cumulação de pedidos;
- c) Espécies de cumulação de pedidos.

## **7. DA PETIÇÃO INICIAL**

- a) Conceito;
- b) Elaboração da petição inicial;
- c) A escolha do juiz;
- d) A individualização das partes;
- e) A causa do pedido;
- f) O pedido;
- g) O pedido de citação do réu;
- h) O requerimento de provas;
- i) O valor da causa;
- j) Os documentos que devem acompanhar a inicial;
- k) O deferimento da petição inicial;
- l) O indeferimento da petição inicial.

## **8. DA RESPOSTA DO RÉU**

- a) O direito de resposta e o princípio do contraditório;
- b) Classificação das respostas do réu;
- c) Impugnação ao valor da causa;
- d) Exceções;
- e) Da contestação: matéria preliminar e matéria de mérito;
- f) Da reconvenção;
- g) Da contumácia do réu: revelia e confissão ficta.

## **9. DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL**

- a) O art. 273 do CPC, os fundamentos epistemológicos do instituto, formas de sua máxima efetivação
- b) A tutela específica das obrigações de fazer e não fazer no processo de conhecimento
- c) Imposição de astreintes, pedido cominatório e o “contempt of court”

d) A fungibilização da tutela antecipada

#### **10. DA FASE DE SANEAMENTO**

- a) Noção de saneamento do processo;
- b) Das providências preliminares: de danos incidentes, defesa incorreta e alegações do réu;
- c) Do julgamento conforme o estado do processo: extinção do processo; julgamento;
- d) A conciliação preliminar das partes.

#### **11. DA PROVA**

- a) Teoria geral da prova;
- b) Provas em espécie;
- c) Sistemas de inversão do ônus da prova com o advento do Código do Consumidor;
- d) Conceitos;
- e) Características;
- f) Depoimento pessoal;
- g) Confissão;
- h) Exibição de documento ou coisa;
- i) Prova documental e suas implicações;
- j) Prova testemunhal;
- k) Prova pericial;
- l) Inspeção judicial e outras inominadas.

#### **12. AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO E AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

- a) Noções gerais;
- b) Hipóteses de aplicação;
- c) A questão dos direitos disponíveis;
- d) Imprescindibilidade da audiência / características;
- e) Ato fundamental e abreviador da lide;
- f) Atos antecedentes à audiência;
- g) Fases da audiência;
- h) Suspensão, adiamento, importância e procedimento.

#### **13. SENTENÇA E COISA JULGADA**

- a) Noções gerais;
- b) Conceito, características, requisitos, classificação;
- c) Sentenças típicas e atípicas;
- d) Sentenças de mérito e seus elementos;
- e) Publicação;
- f) Coisa julgada formal e coisa julgada material;
- g) Generalidades;
- h) Conceitos;
- i) Momento da formação;

#### **14. EFEITOS DA SENTENÇA**

- a) Efeitos da sentença terminativa;
- b) Efeitos da sentença definitiva de improcedência;
- c) Efeitos da sentença definitiva de procedência e suas modalidades;
- d) Efeitos secundários da sentença.

#### **15. VÍCIOS DA SENTENÇA**

- a) Conceito;
- b) Correção dos vícios: os embargos de declaração;

#### **16. DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA**

- a) Introdução;
- b) Interpretação e alcance do art. 486 do CPC;

- c) Pedido, sentença e coisa julgada;
- d) Tópicos da sentença não atingidos pela coisa julgada;
- e) Fundamentação da sentença e coisa julgada;
- f) Verdade dos fatos e coisa julgada.

#### **17. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA**

- a) Introdução;
- b) Extensão subjetiva dos efeitos da sentença;
- c) Teoria dos efeitos / reflexos da coisa julgada;
- d) Teoria de Liebman;
- e) A regra do art. 472 do CPC;
- f) A coisa julgada nas ações de estado.

#### **18. O PROCEDIMENTO NOS TRIBUNAIS**

- a) Uniformização de jurisprudência;
- b) Ação rescisória;
- c) Inconstitucionalidade e homologação de sentença estrangeira.

#### **19. TEORIA GERAL DOS RECURSOS**

- a) Conceito e histórico;
- b) Princípio do duplo grau de jurisdição;
- c) Legitimação e interesse;
- d) Pressupostos objetivos dos recursos: recorribilidade do ato, tempestividade, singularidade, adequação e preparo;
- e) Pressupostos subjetivos dos recursos a recurso de terceiro prejudicado;
- f) Recurso em caso de litisconsórcio;
- g) Recurso adesivo;
- h) Recurso de ofício;
- i) Desistência e renunciabilidade do recurso;
- j) Efeitos dos recursos;
- k) Caráter do julgamento do recurso;
- l) Classificação dos recursos.

#### **20. DO AGRAVO**

- a) Conceito;
- b) Processamento;
- c) Correição parcial;

#### **21. DA APELAÇÃO**

- a) Conceito;
- b) Efeitos e âmbitos;
- c) Procedimento e preparo;

#### **22. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

- a) Dos embargos de declaração de sentença: conceito, cabimento, processamento e efeitos;
- b) Dos embargos de declaração de acórdão: conceito, cabimento, processamento e efeitos;
- c) O problema do prequestionamento.

#### **23. DOS EMBARGOS INFRINGENTES DE SENTENÇA**

- a) conceito;
- b) processamento.

#### **24. DOS EMBARGOS INFRINGENTES DE ACÓRDÃO**

- a) Conceito;
- b) Processamento.

#### **25. DOS AGRAVOS REGIMENTAIS**

- a) Conceito;
- b) Processamento.

**26. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- a) A função constitucional do Superior Tribunal de Justiça, seus três graus de competência;
- b) Recurso especial: conceito, cabimento e processamento;
- c) Agravo de instrumento de decisão do Presidente do Tribunal Inferior, que indefere recurso especial: conceito, cabimento e processamento;
- d) Embargos de declaração;
- e) Recurso ordinário;
- f) Apelação e agravo de instrumento;
- g) Agravo regimental;
- h) Embargos de divergência;
- i) Reclamação.

**27. DA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA**

- a) Noção de incidente de julgamento;
- b) Conceito de jurisprudência;
- c) Divergência atual e potencial da jurisprudência;
- d) Pressupostos do incidente: procedimento;
- e) Conseqüências do julgamento.

**28. DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE**

- a) Competência para declarar a inconstitucionalidade;
- b) Declaração direta e indireta de inconstitucionalidade;
- c) Pressupostos do incidente: procedimento;
- d) Conseqüências do julgamento.

**29. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- a) Função constitucional do Supremo Tribunal Federal: seus três graus de competência;
- b) O controle da constitucionalidade;
- c) O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal;
- d) O recurso extraordinário;
- e) Embargos de declaração;
- f) Agravo de instrumento de ato do Presidente de Tribunal inferior, que indefere recurso extraordinário;
- g) Recurso ordinário;
- h) Reclamação;
- i) Agravo Regimental;
- j) Embargos de divergência;
- k) Embargos infringentes.

**30. DA AÇÃO RESCISÓRIA**

- a) Pressupostos, natureza e objeto da ação rescisória;
- b) Juízo rescisório e juízo rescidente;
- c) Hipótese de cabimento;
- d) Sentença que não comporta rescisão;
- e) Legitimidade para agir;
- f) Processamento;
- g) Efeitos do julgamento da ação rescisória;

**31. DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS**

- a) A estrutura dos tribunais;
- b) Organização e atribuições;
- c) Órgãos monocráticos nos juízos colegiados;
- d) Registro e distribuição de feitos;
- e) Turma julgadora;
- f) Preparo para o julgamento;

- g) Do julgamento;
- h) Preferência e sustentação oral;
- i) Ordem dos julgamentos;
- j) Diligências;
- k) Lavratura e intimação de acórdãos.

### **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Observar-se-á o Regimento.

Os alunos farão duas provas semestrais escritas e duas provas escritas sobre temas previamente dados para pesquisa. Farão trabalhos para a finalidade de notas e conceito, influenciando, também, na nota de conceito, a frequência, as arguições orais, a participação nas aulas e nos debates. Obtendo, como média, a nota mínima de 7 (sete), estarão promovidos. Caso contrário, serão submetidos a exame final escrito, devendo, para efeito de aprovação, obter, na extração da média, a nota mínima de 5 (cinco).

### **METODOLOGIA**

Conjugação de todos os métodos, eis que a técnica de um método único não é suficiente.  
Aulas expositivas introdutórias e sintetizadoras de cada unidade, ou distribuição prévia das aulas-síntese.  
Emprego de questões lançadas em sala, com o escopo de transmitir e exercitar conhecimentos.  
Participação direta do aluno na solução das questões apresentadas.  
Encaminhamento do aluno à biblioteca da Faculdade para pesquisa de questões controvertidas, principalmente.

Debates em aulas sobre temas ou problemas indicados.

Exposições feitas por alunos sobre temas de pesquisas, com indicação de colegas para crítica.

Aulas em grupo com orientação do professor.

Palestras de especialistas em matéria Processual Civil, sobre temas da atualidade.

Atividades complementares adequadas, com técnicas pedagógicas de vanguarda, de forma expositiva, seminários, trabalhos individuais de pesquisa, dinâmicas de grupo e debates e utilização de recursos audiovisuais.

Utilização da internet com divulgação semanal dos resumos das aulas e apresentação de questões teóricas para debate em grupo (e-mail) a ser criado nas respectivas turmas e incentivo à pesquisa acerca dos temas tratados nas aulas expositivas, com o fito de aprofundar o conhecimento e desenvolver a criticidade.

### **BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 2009

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil, 3 volumes, Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2009.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 3 volumes. Editora Forense. Rio de Janeiro, 2009.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. Ed. Ver. Dos Tribunais.

PEREIRA, Ezio Luiz. Da Petição Inicial. Editora Edijur.

CARNELUTTI, Francesco. A Prova Civil. Editora Bookseller.

ZOLANDECK, João Carlos Adalberto. Ônus Da Prova. Editora Juruá. 2009.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil, 3 volumes, Editora Revista dos Tribunais: São Paulo.  
GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Editora Saraiva: São Paulo. 2008.

COORDENAÇÃO DO CURSO

Aprovado: 21/1/2011

---

Prof. Francisco Vani Bemfica